



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Processo nº 141/2017

Autos de Recurso Penal

Requerente: Procuradoria-geral da República

Requerido: Tribunal Judicial do Distrito de Jangamo

Relator: Mondlane L A

GA.	DE ENTRADA DE DOCUMENTOS
N.º de Ordem	113
Quem recebeu	
Data	30/06/2022
Hora	12:32

Sumário

- I - A responsabilidade civil por multa e indemnizações devida por perdas e danos resultantes de acidente estradal impende sobre o comitente e não sobre o comissário. Assim, responde sobre a contravenção ao artigo 157 do Código da Estrada relativa ao seguro obrigatório o proprietário do veículo e não o respetivo condutor.
- II - Ninguém pode ser surpreendido pela condenação sem que, antes lhe tenha sido dada oportunidade de apresentar a sua defesa, sob pena de violação do princípio do contraditório, com dignidade constitucional.
- III - É nula a sentença que não especifica os fundamentos de facto e de direito, o que integra a nulidade referida na alínea b) do artigo 668º do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente, ao abrigo do disposto no § único do artigo 1º do Código de Processo Penal.
- IV - Por força do princípio da suficiência, o processo penal é o lugar adequado a que se discuta a responsabilidade civil decorrente de acidente de viação na medida em que é nele que se determina o grau de envolvimento dos seus intervenientes e a medida da respectiva responsabilidade no crime ou contravenções daí resultantes.
- Decorre do artigo 34º do C. P. Penal que, no caso de condenação, o juiz arbitrará aos ofendidos uma quantia por reparação de perdas e danos ainda que não lhe tenha sido pedida.
- V - Preside à elaboração de sentença o preceituado no artigo 450º do C. P. Penal que fixa a sua estruturação em três partes; ou seja, um silogismo com três premissas. São elas o relatório, a fundamentação e o dispositivo. O relatório contextualiza o processo, a segunda discute as questões de interesse para solução da causa, culminando com a indicação dos factos provados e não provados, as circunstâncias agravantes ou atenuantes. A terceira, o dispositivo, ocupa-se da indicação da lei considerada violada e fixa a medida concreta da pena.

Acórdão

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo

A Digníssima Procuradora Geral da República, no uso da faculdade que lhe é conferida pelo nº 3 do artigo 16 da Lei nº 4/2017, de 18 de Janeiro, requereu a suspensão da execução e anulação da sentença proferida nos Autos de Processo de Polícia Correccional nº 116/2016 que correu termos no Tribunal Judicial do Distrito de Jangamo, Província de Inhambane.

Motivando o pedido, ofereceu os seguintes fundamentos:

A - Dos factos

1. Reportam-se os autos a um acidente de viação ocorrido no dia 22 de Abril de 2016, na Estrada Nacional nº 5 que liga a Estrada Nacional nº 1 à Cidade de Inhambane, capital da Província do mesmo nome.
2. O acidente foi protagonizado por dois veículos, sendo o primeiro de marca *Land Rover*, com a chapa de inscrição MMF-41-25, propriedade do Estado, mais concretamente, do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), na circunstância conduzido pelo motorista daquela instituição, **Rui Carlos Antero Ferrão** e o segundo, um veículo automóvel de transporte semi-colectivo de passageiros, de marca *Toyota Hiace*, ostentando a chapa de registo ABY-642-MP, pertencente a António dos Santos Guirruço, então conduzida por um cidadão que em vida respondia por **Patrício Manuel Pedro**.
3. Do acidente, o condutor de segundo veículo contraiu ferimentos de tal modo graves que perdeu a vida, a caminho do hospital provincial, pese embora o facto de haver sido socorrido de imediato.

- 2
4. Instaurado o competente processo-crime, o Tribunal Judicial do Distrito de Jangamo absolveu o arguido Rui Carlos Antero Ferrão, condenando-o, porém, no pagamento da multa fixada em 2 (dois) salários mínimos por contravenção ao artigo 157º do C. Penal conjugado com os artigos 1º e 6º da Lei nº 2/2003, de 21 de Janeiro, com o máximo de imposto de justiça.¹
 5. Condenou o proprietário do veículo conduzido por Patrício ao pagamento das despesas de reparação da viatura pertencente ao INAS, e ao pagamento de quantia, por determinar em sede de execução, à família enlutada, a ser determinada em foro próprio.
 6. A sentença prolatada, uma vez transitada em julgado, encontra-se na fase de execução que corre termos, nos autos de Processo Executivo nº 03/17 em que são executores **Jaime André Guirruogo e António dos Santos Guirruogo**.

Os demandados não foram citados para exercer o contraditório.

B - De Direito

A sentença proferida no processo de Polícia Correccional nº 116/2016, que corre termos no Tribunal Judicial do Distrito de Jangamo enferma de vícios que a afectam de manifesta injustiça e ilegalidade, pelas razões que se apontam:

- Absolveu o arguido Rui Carlos Antero Ferrão condenando-o, porém, ao pagamento de quantia correspondente a dois salários mínimos pela contravenção ao artigo 157º do Código da Estrada, conjugado com os artigos 1º e 6º da Lei nº 2/2003, de 21 de Janeiro;

¹ Refere-se, certamente, ao artigo 157 do Decreto/Lei nº 1/2011, de 23 de Março, diploma que aprova o Código da Estrada. Dispõe este preceito: "Os veículos a motor e seus reboques, nos termos a serem regulamentados, só podem transitar na via pública desde que seja efectuado, seguro de responsabilidade civil, nos termos da legislação específica. A Lei nº 2/2003, de 21 de Novembro introduziu alterações ao C. da Estrada e regulamentou a imposição do seguro obrigatório

- Responde pelos danos causados por veículos aquele que tiver direcção efectiva ainda que por intermédio do comissário, ao abrigo do disposto no artigo 503º do Código Civil;
- Assim, ao condenar o comissário, **Rui Carlos Antero Ferrão** e não o comitente, Instituto Nacional de Acção Social, o tribunal procedeu à margem da Lei;
- O Tribunal conheceu de questões que não podia tomar conhecimento e igualmente deixou de conhecer do que devia, o que afecta de nulidade a respectiva decisão, nos termos, do artigo 668º nº 1, alínea d) do Código de Processo Civil.
- O pedido de indemnização por perdas e danos resultantes de facto criminoso é regido pelo estabelecido no artigo 29º e seguintes do C. P. Penal. Não tendo sido deduzido no próprio processo, impunha-se que fosse notificada a parte contrária para os efeitos do preceituado no artigo 3º do C. P. Civil.
- Mostra-se, pois, violado o princípio do contraditório, donde, António dos Santos Guirruogo viu-se condenado ao pagamento de indemnização sem que tivesse tido oportunidade de se defender.
- A sentença é nula por não especificar os fundamentos de facto e de direito que justificam a decisão condenatória no pagamento de quantia a ser determinada, no futuro, a pedido dos interessados, ao abrigo do disposto no artigo 668º, nº 1, alínea b) do C. P. Civil.

Tem o processo os vistos legais, cumprindo apreciar e decidir

Compulsando o pedido, duas questões se erguem que reclamam a atenção deste Tribunal: a) a condenação do comissário, Rui Carlos António Ferrão no pagamento de multa devida apenas pelo comitente e sem que este tivesse sido ouvido no processo; b) a condenação dos proprietários do veículo causador do acidente no pagamento de

23

indenização em quantia por determinar na execução da sentença, sem que antes tenham sido ouvidos.

Trataremos, de seguida cada uma das questões invocadas. Antes, porém, haverá que considerar o seguinte:

1. O presente processo reporta-se a um acidente de viação ocorrido cerca das 20,30 horas do dia 23 de Abril de 2016 e, não 22, como se menciona no requerimento. O acidente envolveu dois veículos automóveis identificados nos autos então conduzidos por Rui Carlos Antero Ferrão e Patrício Manuel Pedro, igualmente com os demais sinais nos autos.

De acordo com a prova produzida, o veículo conduzido por Patrício, ao fazer à estrada, saindo de um local próximo de barracas (local de venda e consumo de bebidas alcoólicas, entre outros produtos) atravessou a sua faixa de rodagem e embateu na roda dianteira direita do veículo conduzido por Rui Antero, na faixa contrária, conforme se mostra ilustrado nos registos fotográficos efectuados logo após o acidente, para além dos croquis constantes dos autos (fls. 50 a 55). O embate foi de tal sorte violento que o condutor Patrício Manuel Pedro perdeu a vida a caminho do hospital provincial, não obstante ter sido imediatamente socorrido.

2. A sentença posta em crise afasta-se do estabelecido no artigo 450º do C, P, Penal. Resulta deste comando que a sentença é um silogismo composto de três premissas fundamentais – o relatório, a fundamentação e o dispositivo. No relatório, expõe-se, em síntese: i) os elementos que permitam a identificação completa, inequívoca dos arguidos e outros intervenientes processuais, caso haja; ii) a indicação dos factos que sobre eles, os arguidos impendem e os argumentos aduzidos em sua defesa (contestação); iii) a discussão onde claramente se demonstra os factos considerados provados e não provados; as

circunstâncias atenuantes e agravantes, a indicação da lei aplicável e, finalmente, iv) a decisão, a condenação na pena aplicável, indemnização por perdas e danos e imposto de justiça.

3. A sentença dos autos abre com uma cópia integral da acusação, sem qualquer esforço de síntese. Mostra-se claramente que esta parte da sentença escapou ao crivo analítico do Meritíssimo Juiz da causa. Até a fonte, o tamanho e espaçamento são diferentes da parte que depois se segue.

Posto isto, analisemos as questões assinaladas.

Quanto à condenação do arguido Rui Antero Ferrão no pagamento de multa

Extrai-se da sentença em apreço, que a viatura conduzida por Rui Antero não dispunha de seguro obrigatório determinado por lei, contrariamente ao que acontecia em relação ao veículo conduzido por Patrício Pedro. Terá sido esta a razão invocada pelo tribunal para condenar o arguido Rui Ferrão no pagamento de multa correspondente a dois salários mínimos, devida pela contravenção ao artigo 157º do C. da Estrada conjugado com os artigos 1º e 6º, ambos da Lei nº 2/2003, de 21 de Janeiro, com o máximo de imposto de justiça.

Ora, decorre do artigo 157 do C. da Estrada que a transferência da responsabilidade civil decorrente de acidente estradal impende sobre o proprietário da mesma, no caso o Instituto Nacional da Acção Social. Assim, de tal facto não responde o comissário mas, o comitente. Na verdade, o proprietário do veículo então conduzido por Rui Ferrão vem identificado a fls. 11 dos autos (Apenso nº 1), no respectivo Livrete, como sendo o Instituto Nacional da Acção Social – INAS, pelo que é esta a entidade que responde pela contravenção ao já aludido preceito do C. da Estrada e não o respectivo condutor.

Procede o argumento invocado pela Ilustre Réquerente.

Quanto à condenação em quantia a ser determinada em sede de execução de sentença

Por força do princípio da suficiência, o processo penal é lugar adequado a que se discuta a responsabilidade civil decorrente de acidente estradal na medida em que é nele que se determina a media da responsabilidade criminal de cada um dos arguidos que culmina com a fixação da proporção que cabe a cada um, no caso de responsabilidade partilhada. No caso vertente, responde civilmente no que tange às imputações civis o comitente, isto é, o proprietário do veículo que deu causa ao acidente – o veículo de transporte semi-colectivo de passageiros conduzida por Patrício Pedro. Ora, mostra-se a fls. 24 e 25 (Título de Registo de Propriedade) que o veículo que causou o acidente pertence a António dos Santos António Guirruço, a quem deve ser imposta a responsabilidade civil por danos e indemnizações.

Haverá que anotar em primeira linha que dispõe o artigo 34º do C. P. Penal que, no caso de condenação, o juiz arbitrará aos ofendidos uma quantia por reparação de perdas e danos, ainda que não lhe tenha sido pedido. No caso em apreço, não se registou qualquer pedido de indemnização por perdas e danos e nem se mostra que alguém se tenha constituído assistente. Não havendo pedido, impunha-se, por dever de ofício, ao Meritíssimo Juiz da causa que fixasse o *quantum* indemnizatório devido aos familiares da vítima que se mostrarem com direito a ela como também à reparação de perdas e danos devida ao INAS.

Todavia, sem que houvesse pedido de indemnização por perdas e danos, o tribunal *a quo* determinou que o *quantum* indemnizatório fosse fixado em sede de execução de sentença, quando impunha-se que curasse de fixar os montantes devidos. Verifica-se, pois, omissão de pronúncia sobre a responsabilidade civil decorrente do acidente de viação para embarcar num procedimento que só pode ter lugar a pedido das partes. A identificada omissão integra a nulidade prevista no artigo 668º, nº 1, alínea d) do C. P. Civil.

26

Não nos deteremos sobre a omissão do direito ao contraditório, conforme refere a Digníssima Procuradora Geral da República, por que prejudicada pelos considerandos acima expostos. De referir, no entanto, que o exercício do contraditório pretendido no caso, só poderia ter lugar no processo de execução e nunca antes pelo que não há lugar à denegação do direito de defesa invocado no requerimento.

Procede, em parte o fundamento invocado.

Por último e como ficou atrás mencionado, a sentença não toma posição sobre os factos considerados provados e não provados. Há factos constantes da acusação que a sentença não demonstra o tratamento a eles dado, se provados ou não provados, apenas se apresentam conclusões ou, simplesmente deles não se faz menção. São exemplos disso, o excesso de velocidade do veículo conduzido por Rui Ferrão e a embriaguez do co-arguido Patrício Pedro. Resulta, deste modo, que o tribunal deixou de se pronunciar do que devia, nos termos do artigo 668º, nº 1, alínea d) do C. P. Civil.

A anulação de sentença por manifestamente injusta e ilegal é um recurso extraordinário e excepcional que visa fazer prevalecer a justiça, com o sacrifício da certeza do Direito que advém do trânsito em julgado da sentença condenatória. Não é sem razão que a lei comete o respectivo impulso processual ao Procurador Geral da República, tenha-se presente a necessidade da salvaguarda da justiça. A ilegalidade e a injustiça devem ser de tal modo graves que se mostre, sem qualquer margem para dúvida, para efeitos de procedimento do pedido. As nulidades de que padece a sentença impugnada impõe o procedimento do pedido com vista a que se realiza novo julgamento com estrita observância das formalidades legais.

Nestes termos, e, pelo exposto, os Juízes deste Tribunal, dando provimento ao pedido, declaram nula a sentença proferida no processo nº 116/16 pelo Tribunal

28

Judicial da Província de Inhambane, em que é arguido Rui Carlos Antero Ferrão, já identificado nos autos. Mais declaram nulo o julgamento que lhe deu lugar, devendo ser repetido com observância das formalidades legais.

Sem imposto, nesta instância.

Maputo, 30 de Dezembro de 2019